

# A IMPORTÂNCIA DO MICROCRÉDITO PARA VIABILIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS POPULARES<sup>1</sup>

Vilson Almeida Santos<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O microcrédito é um modelo de financiamento desenvolvido inicialmente em Bangladesh pelo professor de Economia Muhammad Yunus, que obteve sucesso no fornecimento de crédito para fomentar a iniciativa econômica popular, utilizando uma metodologia própria, elaborada com o acompanhamento diário das pessoas que solicitavam o crédito, divergindo completamente dos métodos tradicionais.

Segundo Yunus (1997/2000), o microcrédito é um instrumento de ativação da camada baixa da economia, que visa a proporcionar-lhe a possibilidade de uma participação mais efetiva nos resultados do sistema de mercado. O microcrédito deve ser visto como um elemento de dinamização das classes populares, submetendo-se à lógica de reprodução da vida. Por meio dele, os pobres podem conjugar seu capital humano ao capital monetário para melhorar suas condições de vida.

A importância de discutir o microcrédito direcionado para atividades econômicas populares se dá em virtude do potencial do instrumento creditício, adequado a uma realidade específica, para modificar a estrutura caracterizada pela precariedade em que se desenvolvem as iniciativas econômicas populares, responsáveis, alternativamente, por atender às necessidades vitais da população destituída de oportunidades de emprego.

Diante de uma realidade onde o aumento do desemprego e a crescente dificuldade de se encontrar um emprego assalariado regular no mercado de trabalho vão empurrando grande parte da população para o desenvolvimento de atividades realizadas de forma individual, familiar ou associativa, o microcrédito revela-se como um instrumento de viabilização dessas atividades – o que pode significar mais do que aporte de recursos, desde que propicia a promoção da dignidade e da vida humana.

A viabilização dos empreendimentos econômicos populares depende não apenas de aportes em forma de recursos monetários, mas também de outros mecanismos complementares e conjugados de seguridade e assistência. A proposta do microcrédito como política de combate à pobreza, não obstante o fornecimento de recursos, envolve a possibilidade e a capacidade de oferecer, à população pobre, instrumentos para evitar a contínua e excessiva dependência de fontes externas.

## METODOLOGIA

Os procedimentos utilizados para este trabalho monográfico envolveram a revisão bibliográfica da literatura relevante, atualizada, sobre o tema da economia popular e do microcrédito; consulta à Internet e instituições de microcrédito sobre os serviços microcreditícios na Bahia; participação em seminários sobre o tema; participação na realização das pesquisas sobre o “Perfil dos Empreendimentos

---

<sup>1</sup> Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Salvador como requisito para a conclusão do curso. Este trabalho é produto da experiência que se construiu ao longo de três anos de acompanhamento, como estagiário, de trabalhos de assessoria e consultoria a grupos populares através de ações que envolvem: pesquisa (Perfil dos empreendimentos econômicos Populares - Núcleo de Estudos do Trabalho da UCSAL, Março de 2002; Perfil dos usuários do microcrédito do CEADe - Núcleo de Estudos do Trabalho da UCSAL, Novembro de 2002), oficinas (Viabilidade Econômica para Empreendimentos Associativos), seminários, edição de textos e fita de vídeo, realizadas no âmbito do Programa de Extensão da UCSal denominado Economia dos Setores Populares, sob a coordenação do professor Gabriel Kraychete Sobrinho.

<sup>2</sup> Economista, egresso da Universidade Católica do Salvador – UCSal. [vilsonalmeida@bol.com.br](mailto:vilsonalmeida@bol.com.br)

Econômicos Populares de Itapagipe” e “Perfil dos Usuários do Microcrédito do CEADe”, e utilização dos resultados dessas pesquisas (ambas pesquisas diretas) como fonte documental pertinente ao tema<sup>3</sup>.

## CONCLUSÃO

O Banco Mundial define seus programas de combate à pobreza a partir dos conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa. Para a parcela da população em estado de pobreza extrema, são prescritas políticas especiais que os ajudem a superar o nível da renda mínima necessária à reprodução calórica (linha de indigência). A concepção das microfinanças como política de combate à pobreza, dessa forma, se aplica ao segmento da população classificado com dotação que lhe permite suprir gastos com roupas, aluguel e transportes (linha da pobreza).

O microcrédito, a partir do mercado como elemento dinamizador das classes desfavorecidas, não se aplica, para o Banco Mundial, ao “núcleo duro da pobreza”, ou aos mais pobres entre os pobres. A estes se reserva o acesso a recursos em forma de doação, o que, dada a dimensão educativa do microcrédito (o que é muito mais amplo e importante do que o fornecimento de recursos) ou “deseducativa”, do regime de doação, exclui a parcela mais carente da população da oportunidade de beneficiar-se do instrumental creditício.

A indisposição para a promoção de políticas de microcrédito, especialmente dirigida ao “núcleo duro da pobreza”, não corresponde necessariamente, entretanto, a uma incapacidade desse segmento da pobreza para participar do mercado, usufruindo o ferramental creditício no que lhe é mais “nobre”: o “educar para o mercado”. A viabilização dos empreendimentos econômicos populares depende não apenas de aportes em forma de recursos monetários, mas também de outros mecanismos complementares e conjugados de seguridade e assistência. A proposta do microcrédito como política de combate à pobreza, não obstante o fornecimento de recursos, envolve a possibilidade e a capacidade de oferecer, à população pobre, instrumentos para evitar a contínua e excessiva dependência de fontes externas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Beatriz; KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco (Orgs.). **Economia dos Setores Populares; entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. A Produção de Mercadorias por não mercadorias. Bahia Análise e Dados, Salvador, SEI v. 12 n° 1, junho, 2002.

KRAYCHETE, Elsa de Souza. Microcrédito: Política de Combate à Pobreza ou Abertura de Novos Mercados para os Bancos? Cadernos CEAS (Centro de Estudos e Ação Social); Salvador, julho/agosto 2002, n° 200.

---

<sup>3</sup> A realização desta pesquisa envolveu a parceria realizada pela UCSal com a ONG: CAPINA (*Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa*), o que permitiu a continuidade do meu trabalho, como estagiário, fazendo o acompanhamento e assessoria a empreendimentos econômicos populares (Trabalhos por conta própria, formação de cooperativas, grupos produtivos populares); a ONG: CEADe (*Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento*) solicitou a realização de pesquisa sobre o “Perfil dos Usuários do Microcrédito do CEADe”, remunerando o trabalho bem como permitindo o uso e exploração dos resultados da pesquisa para fins de trabalho monográfico; a CAMMPI (*Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe*) permitiu o uso das informações da pesquisa: *Perfil dos Empreendimentos Econômicos Populares da Península de Itapagipe* para fins de trabalho monográfico; o *Núcleo de Estudos do Trabalho* da UCSal, Coordenado pelo Professor Gabriel Kraychete Sobrinho, que permitiu o uso de equipamentos e material bibliográfico.

OTERO, Pancho; Microfinanças: uma indústria de serviços financeiros a serviço do desenvolvimento; Rio de Janeiro: 2000. mimeo.

PASSOS, Alessandro Ferreira dos & PAIVA, Luis Henrique & GALIZA, Marcelo & COSTANZI, Rogério Nagamine. Focalização, Sustentabilidade e Marco Legal: uma revisão da literatura de microfinanças. Revista Mercado de Trabalho: Conjuntura e análise, IPEA, fevereiro 2002.

Perfil dos Usuários do Microcrédito do CEADe; UCSAL, Núcleo de Estudos do Trabalho 2002. mimeo.

Perfil dos Empreendimentos Econômicos Populares da Península de Itapagipe. UCSAL, Núcleo de Estudos do Trabalho 2002. mimeo.

YUNUS, Muhammad e JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos Pobres** (Paris, julho de 1997). Rio: Editora Ática, 2000. 344 pp.